

# **AS CRENÇAS DAS CRIANÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA E AS PERCEPÇÕES SOBRE OS CONFLITOS INTERPARENTAIS**

**Ana Isabel Sani**

Professora Auxiliar - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UFP)

[anasani@ufp.pt](mailto:anasani@ufp.pt)

### **Resumo**

A partir de três instrumentos que primeiramente validamos para população portuguesa realizamos um estudo comparativo que analisou se existiriam diferenças ao nível das crenças sobre a violência e nas percepções sobre os conflitos interparentais, entre crianças sem (GI) e com (GII) experiência de exposição à violência na família. Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos nas percepções sobre os conflitos interparentais, todavia ao nível das crenças, o estudo aponta para pequenas dissimilaridades, somente naquelas com fundamento sociocultural.

### **Abstract**

Starting from three instruments that were first validated for the Portuguese population, we carried out a comparative study that analyzed if there were any differences in beliefs concerning violence and the perceptions of interparental conflicts, between children without (GI) and with (GII) experience of exposure to violence in the family. Significant statistical differences were found between the groups in relation to the perceptions of interparental conflicts; however, on the level of the beliefs, the study points to small dissimilarities, only in those with sociocultural grounds.

## 1. INTRODUÇÃO

A criança não é simplesmente um recipiente passivo das influências da família, mas um ser activo e reactivo, agente participante nas transacções familiares (Graham-Bermann, 1998). Assim, as reacções da criança à violência interparental podem ser uma função, entre outras, das suas características pessoais. As diferenças individuais entre as crianças devem ser olhadas como podendo constituir factores de vulnerabilidade ou de protecção, que podem aumentar ou diminuir, respectivamente, o risco inerente à exposição. Acrescente-se a estas características de nível pessoal, os significados construídos pela criança acerca da violência e as crenças acerca dos relacionamentos com outras pessoas, acerca da família e acerca do seu desenvolvimento do sentido do *self* (Graham-Bermann, 1998; Sani, 2002).

As percepções e interpretações que cada criança elabora, evidenciam-nos a existência de experiências múltiplas da violência interparental, com importantes implicações ao nível do impacto (Sani & Gonçalves, 2000; Sani, 2003). As representações formuladas motivam novas reacções e consequências e em resultado do encetar dessa reflexão sobre todos estes aspectos, outros esforços comportamentais e cognitivos são desenvolvidos para lidar com exigências internas e externas causadas pelo problema (Sani, 2002, 2004).

## 2. ESTUDO SOBRE AS CONSTRUÇÕES COGNITIVAS DE CRIANÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA

### 2.1. OBJECTIVOS DE ESTUDO

A presente investigação procurou analisar as crenças das crianças relativamente à violência interpessoal e as percepções que estas constroem sobre os conflitos interparentais. Em termos específicos os objectivos passavam por perceber se existem diferenças fundamentais ao nível das crenças e percepções das crianças, quando a violência é ou não parte integrante das suas vidas. Desta forma reuniu-se um grupo de crianças com história de exposição à violência na família e um outro de crianças sem experiências de vida violentas e estabeleceram-se algumas comparações.

### 2.2. HIPÓTESES FORMULADAS

Neste estudo procuramos averiguar até que ponto a exposição à violência pode influenciar a formação de crenças (Grych & Fincham, 1990; Zulueta, 1996), designadamente se as crianças com história de exposição à violência na família apresentavam mais cognições distorcidas sobre a violência interpessoal do que as crianças sem exposição à violência familiar (hipótese 1).

Por outro lado, é uma evidência que a violência na família é um acontecimento de vida **stressante**, passível de interferir negativamente com o ajustamento psicológico da criança, podendo alguns desses indicadores revelar-se a nível cognitivo (e.g., percepção de ameaça, de culpa, etc.) (Grych, Jouriles, Swank, McDonald & Norwood, 2000; Grych, Fincham, Jouriles & McDonald, 2000). Prevê-se, portanto, que as crianças com história de exposição à violência apresentem variações distintas ao nível das dimensões 'ameaça percebida' e 'culpa' das crianças sem experiência de exposição à violência (hipótese 2).

## 2.3. MÉTODO

O estudo apresentado teve como objectivo necessário, numa sua primeira fase, a avaliação das qualidades psicométricas de três instrumentos numa amostra representativa e, posteriormente, a efectiva realização de análises comparativas com outra população mais específica. Assim, passamos a descrever os aspectos centrais do estudo, designadamente a composição das amostras, os instrumentos e os procedimentos usados.

### 2.3.1. PARTICIPANTES:

Para a validação dos instrumentos constituiu-se uma amostra de 605 sujeitos (grupo I), com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos (média etária = 13,57), sendo 289 do sexo masculino (47,8%) e 316 do sexo feminino (52,2%). Este grupo (G I) foi recrutado aleatoriamente em diversas escolas, de ensino regular e também profissionalizante, de 9 distritos de Portugal (continental e ilhas), estando 335 escolas situadas em meio considerado rural (55,4%), 225 em meio urbano (37,2%) e 45 em zona quase urbana, mas com alguns traços rurais (7,4%). As 605 crianças que compunham esta amostra frequentavam distintos níveis de escolaridade, desde o 5º ao 12º ano, com particular incidência percentual para os anos correspondentes ao 3º ciclo do ensino básico (7º, 8º e 9º anos), que congregam no conjunto 413 do total dos sujeitos.

Posteriormente constituímos uma segunda amostra com população específica para realizarmos o presente estudo comparativo. Este segundo grupo (G II) era composto por 68 crianças com experiência prévia de contacto com situações de violência interpessoal na família. As suas idades estavam compreendidas igualmente entre os 10 e os 18 anos (média etária = 13,78), sendo 37 crianças do sexo masculino (54,4%) e 31 do sexo feminino (45,6%). Este foi reunido com o apoio de várias instituições do Continente que trabalham na protecção e apoio psicossocial de menores em risco. Em termos de meio de origem destas crianças, 4 sujeitos (5,9%) estavam inseridos em meio rural, 48 em meio urbano (70,6%) e 16 em meio físico misto (23,5%). Estas crianças evidenciavam maiores dificuldades escolares, frequentavam níveis de escolaridade mais baixos que as crianças do grupo I, abrangendo apesar da idade níveis de ensino correspondentes ao 1º ciclo do ensino básico, sendo menor a percentagem daquelas que se encontravam em anos do 3º ciclo e superiores.

### 2.3.2. INSTRUMENTOS

Os instrumentos validados e usados neste estudo foram os que passamos a descrever.

*A escala de Sinalização do Ambiente Familiar Infantil* (S.A.N.I.) construída e validada por Sani (2003) é composta por 30 itens e tem como objectivo avaliar, a partir do ponto de vista de uma criança, o seu sistema familiar, de modo a podermos identificá-lo ou não como contexto de ocorrência de situações de violência. Os itens cobrem situações de abuso físico, psicológico e emocional. A escala apresenta dois formatos de resposta, um tipo *likert* com cinco modos de resposta e outra com opções de sinalização com correspondência com cada item. O instrumento evidencia bons níveis de consistência interna apresentando *alfa de Cronbach* de .92, assim como uma estrutura diferenciada composta por quatro factores, cujos valores de *alpha* variam entre .73 e .86. (Sani, no prelo)

**A Escala de Crenças da Criança sobre a Violência** (E.C.C.V.) foi criada e validada por Sani (2003). Este instrumento procura apreciar algumas das crenças que sujeitos menores possam ter relativamente à violência (sobretudo física e psicológica), independentemente de tais situações fazerem ou não parte das suas vidas. Esta escala tem 32 itens que se apresentam num formato tipo *likert*, com quatro opções de resposta orientadas, no geral, desde uma menor (1) a uma maior distorção cognitiva (4), à excepção de três itens (3, 27 e 32) cuja cotação deve inverter-se, alterando também a sua interpretação. As análises estatísticas à ECCV revelaram um *alpha* de Cronbach de .86 e diferenciaram quatro factores, os quais isoladamente têm também uma estrutura consistente com valores de *alpha* que oscilam entre .54 e .77 (Sani, 2006a).

**A Escala de Crenças da Criança sobre os Conflitos Interparentais** validada por Sani (2003) do original *Children Perception of Interparental conflict* (C.P.I.C.) de Grych, Seid e Fincham (1992) pretende averiguar quais as percepções e interpretações da criança acerca dos conflitos interparentais. Este é um instrumento de autorelato para crianças que avalia várias características dos conflitos interparentais (frequência, intensidade, resolução), assim como aspectos relativos à própria criança, designadamente a sua percepção de ameaça, a capacidade de *coping* com o conflito, a percepção de culpa e a percepção que esta tem sobre o conteúdo dos conflitos interparentais. A escala compõe-se de 48 itens com três alternativas de resposta – *verdadeiro, pouco ou às vezes verdadeiro e falso*. A análise da consistência interna da C.P.I.C. através do coeficiente *alfa* de Cronbach revelou um valor de .89. Comparativamente ao estudo original a estrutura factorial é igualmente composta por três, mas foram encontradas diferenças na sua composição (Sani, 2006b).

### 2.3.3. PROCEDIMENTOS

No que respeita aos procedimentos utilizados no decurso desta investigação e relativamente ao grupo I, a cada um dos estabelecimentos de ensino, mais concretamente à direcção da instituição foi remetido por escrito um pedido de autorização para a administração da escala e no momento da passagem dos instrumentos a cada criança foi dada informação geral no sentido de poderem decidirem participar ou não no estudo. Optou-se por uma administração conjunta do instrumento, porém houve casos em que se recorreu a uma aplicação individualizada. As escalas foram aplicadas sem tempo limite.

O Grupo II foi constituído após as primeiras análises estatísticas aos resultados das escalas junto do primeiro grupo. A administração dos instrumentos a este grupo mostrou-se mais difícil, com seria de esperar, pelo que a maioria das escalas foram passadas pela investigadora e por colaboradores licenciados e experientes no trabalho com este tipo de crianças. Quanto ao tipo de administração, embora tenhamos iniciado uma aplicação conjunta, por grupos mais pequenos com cerca de 10 sujeitos, quase todas as crianças tiveram de beneficiar de uma atenção individualizada, por dificuldades escolares genéricas que apresentavam.

### 2.4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Começaremos por verificar, mediante a aplicação de estatísticas paramétricas (Teste *T Student* para amostras independentes), se os grupos que participam neste estudo eram, de facto distintos, no que respeita à experiência de violência familiar. Para tal, iniciaremos com a análise dos resultados obtidos com a escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.). Posteriormente, avançaremos para a análise dos resultados nos outros dois instrumentos (E.C.C.V. e C.P.I.C.), sendo a discussão dos mesmos feita à medida que os dados são apresentados.

Desta forma, quanto ao ambiente familiar das crianças do G I e do G II observaram-se diferenças estatisticamente ( $p < .001$ ) significativas, o que nos permitiu afirmar que estávamos perante dois grupos distintos quanto à exposição à violência familiar, sendo as crianças do grupo II aquelas que mais experienciavam situações violentas (cf. quadro 1).

**Quadro 1** – Teste T de *Student* para os G I e G II no conjunto dos itens da escala S.A.N.I.

	N	Média	Desvio Padrão	t	g. l.	p.
Grupo I	605	7,86	11,65	-10,56	69,93	,000*
Grupo II	68	42,22	26,54			

\*  $p < .001$

Na análise particular de várias tipologias de abuso ou maus-tratos conclui-se que o grupo I (GI) é composto por crianças que definem o seu sistema familiar como normativo, enquanto que o grupo II (GII) caracteriza o seu ambiente familiar como um meio onde ocorrem diversas formas de violência (cf. quadro 2).

**Quadro 2** – Teste T de *Student* para os G I e G II nos factores da escala S.A.N.I.

	N	Média	D. Padrão	t	g. l.	p.
Factor 1 Abuso físico	G I	605	,92	2,61	-8,40	,000*
	G II	68	7,79	6,69		
Factor 2 Ab. Emocional	G I	605	3,44	5,06	-10,09	,000*
	G II	68	15,31	9,56		
Factor 3 Coerção	G I	605	,91	2,44	-8,72	,000*
	G II	68	7,60	6,28		
Factor 4 Controlo	G I	605	2,60	3,66	-9,17	,000*
	G II	68	11,07	7,53		

\*  $p < .001$

## 2.4.1. AS CRENÇAS DAS CRIANÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA

Procuramos, então, conhecer as crenças que as crianças participantes do nosso estudo possuíam em relação à violência interpessoal, nomeadamente atendendo à sua experiência de vida com o fenómeno. No geral, encontrámos diferenças estatisticamente significativas ( $p < .05$ ) quanto às crenças sobre o fenómeno entre as crianças do grupo normativo e as crianças dos grupos de risco (cf. quadro 3).

**Quadro 3** – Teste T de *Student* para os G I e G II no conjunto dos itens da escala E.C.C.V.

	N	Média	Desvio Padrão	t	g. l.	p.
Grupo I	605	64,16	12,23	-2,19	671	,029*
Grupo II	68	67,66	14,50			

\*  $p < .05$

Na distribuição por factores (cf. quadro 4), observam-se resultados bastante interessantes, os quais apontam na maioria dos componentes, para a inexistência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, no que toca à definição de alguns aspectos subjacentes às crenças dos sujeitos, à excepção dos determinantes socioculturais, retratados no factor 1, que parecem justificar orientações diferentes no modo como se pensa a violência. Assim, os resultados do teste de comparação de médias sugerem-nos que os sujeitos do grupo II apresentam mais crenças enraizadas a um substrato social e cultural, que os sujeitos do grupo I.

QUADRO 4 – Teste T de **Student** para os G I e G II nos factores da escala E.C.C.V.

		N	Média	Desvio Padrão	t	g. l.	p.
Factor 1 Det. Socioculturais	G I	605	17,38	5,25	-3,55	79,28	,001*
	G II	68	20,04	5,93			
Factor 2 Det. Individuais	G I	605	28,84	5,67	-,293	671	,770
	G II	68	29,06	6,09			
Factor 3 Det. Educativos	G I	605	10,95	3,27	-1,80	75,32	,076
	G II	68	11,96	4,46			
Factor 4 Etiolog.da violência	G I	605	6,99	2,32	1,28	671	,200
	G II	68	6,60	2,45			

\*  $p \leq .001$

A análise pormenorizada das diferenças de médias para cada item dos respectivos factores permite-nos compreender melhor, pela especificidade dessas crenças, as dissimilaridades apuradas entre os grupos. Assim, no que concerne aos determinantes socioculturais é de realçar o facto de que, para todos os itens deste primeiro factor, registaram-se valores ligeiramente superiores no grupo II, comparativamente aos encontrados no grupo I. Genericamente isto significa que o grupo de crianças com experiência de exposição à violência familiar (G II) situa-se em termos de aceitação de determinada crença numa posição um pouco mais concordante<sup>1</sup>, que o grupo de crianças sem história de exposição à violência (G I). Porém o grupo I revela num ou noutro aspecto tendências de aceitação muito próximas das encontradas no grupo de crianças em risco (Sani, 2003).

No grupo I, embora se apresentem globalmente para todos os itens deste factor valores mais baixos, o facto é que estes sujeitos não discordam nitidamente com tais crenças, revelando num ou noutro aspecto tendências de aceitação muito próximas das encontradas no grupo de crianças em risco. Assim, por exemplo, nos itens *“Só controla a violência quem a exerce os outros nada podem fazer”*, *“A violência entre crianças não passa de brincadeira”* e *“Os homens tem mais direito de bater nos outros que as mulheres”*, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, sendo bastante pequena a amplitude da diferenças nas médias (0.12, 0.08 e 0.05).

Outros itens testemunham essa aproximação, tais como o item *“Só conseguimos lidar com a violência se formos violentos também”* ou o item *“As crianças têm direitos diferentes dos adultos por isso mais vale não contar que são maltratadas”*. As diferenças entre as médias encontradas para um e outro grupo nestes itens são igualmente baixas.

Nos restantes seis itens que compõem esta escala, as diferenças encontradas foram estatisticamente significativas para  $p < .05$ , mas curiosamente a amplitude respeitante à diferença de

médias é baixa e nunca superior a meio valor (0.5). Nessa análise pormenorizada não detetamos a existência de um padrão (e.g., em função do género, idade, etc.), que fosse base de sustentação para determinadas crenças.

Podemos ainda mencionar que num olhar muito geral pelos outros itens nos respectivos factores (2, 3 e 4), observámos que as diferenças nas médias entre o grupo I e o grupo II são sempre muito pequenas e nunca superiores a 0.5, não obstante em dois casos ser essa diferença significativa. Particularmente interessante foi notar que nestes factores (2, 3 e 4), os valores das médias para cada item, na maioria dos casos, eram superiores aos encontrados no Factor 1, destacando-se o Factor 2 com resultados que se situam entre 2 (concordo pouco) e 3 (concordo) e sobressaindo, especificamente, o item 9 (relativo ao alcoolismo) com a média mais elevada (acima de 3). Assim, poderemos eventualmente afirmar que existem outros aspectos relacionados com a violência interpessoal que merecem maior aceitação por parte das crianças, que não propriamente os aspectos socioculturais (Factor 1), talvez porque menos conjecturados na sua vivência diária. De facto, as crenças que a generalidade das crianças apresentavam sobre a violência entre os indivíduos, eram sustentadas por factores particulares e/ou pessoais (e.g., má conduta, doença, comportamentos aditivos, confiança, proximidade afectiva, privacidade, etc.), muitos destes, relativos ao ofensor, à vítima e também ao contexto.

A aceitação da violência como estratégia correctiva foi outra constatação em ambas as amostras. Quanto à etiologia da violência, o posicionamento das crianças de ambos os grupos vai mais no sentido de aceitar de que a violência não é apreendida (pressuporia isso um fundamento da violência em algo mais inato) e pouca aceitação de que as desigualdades psicossociais estariam na origem da violência. Todavia, embora achemos que tais resultados vão ao encontro das conclusões tiradas aquando da confrontação dos resultados nos factores, a verdade é que admitimos que a própria construção do item possa ter criado alguma confusão nos sujeitos e influenciado, necessariamente, as suas respostas.

Outro aspecto curioso foi o reconhecimento de itens em que os valores das médias do grupo I eram ligeiramente superiores aos do grupo II, designadamente os itens 1, 2, 8, 9, 10 e 19 (Factor 2), o item 4 (Factor 3) e os itens 27 e 32 (Factor 4). Focando-nos primeiramente no Factor 2, tais resultados sugerem-nos que a experiência de contacto directo ou indirecto com a violência poderá ter um duplo efeito ao nível da formulação de crenças, quer no sentido de apoiar a construção de ideias erradas sobre a violência interpessoal quer no sentido de apoiar a desconstrução de ideias previamente concebidas e mal fundamentadas. Embora as diferenças encontradas entre os grupos não tenham importância estatística é curioso notar que as crianças sem experiência de violência associam mais a violência à existência de motivos, enquanto as crianças expostas à violência concordam menos com essa associação. A ideia de que os erros poderão ser o fundamento para actos violentos é mais uma convicção das crianças do grupo I, do que as dos grupo II, assim como a ligação dos comportamentos aditivos à violência (álcool e droga) é mais aceite pelo primeiro, do que pelo segundo grupo. A não intromissão nos quadros da vida familiar em situações de violência é uma ideia mais partilhada pelas crianças do grupo normativo, do que pelas crianças do grupo de risco. Achámos que a experiência de vida das crianças do grupo II as conduziu

<sup>1</sup> Os valores apurados para os dois grupos aproximam-se mais de 1 (não concordo) e 2 (concordo pouco) do que de 3 (concordo) e 4 (concordo completamente). O grupo II apresenta valores mais próximos de 2 que o grupo I, ligeiramente abaixo deste valor na maioria dos itens.



nestes pontos, a modos de pensar menos distorcidos da realidade e que a ausência de contacto das crianças do grupo I com situações de violência familiar, não lhe permitiu a mesma elaboração cognitiva. No fundo as crenças evidenciadas pelo grupo I revelam um registo mais convencional, que se assemelha ao da população em geral sem grande contacto com a violência.

## 2.4.2. AS PERCEPÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE OS CONFLITOS INTERPARENTAIS

Relativamente às percepções construídas pelas crianças sobre os conflitos interpARENTAIS. Os resultados apontam de uma maneira geral para a existência diferenças estatisticamente significativas ( $p < .001$ ) entre os dois grupos de crianças, denotando-se que as crianças do G II, apresentam no total e nas várias dimensões da CPIC, percepções mais negativas sobre os conflitos interpARENTAIS, do que as crianças do grupo I, sem experiência de vida violentas (cf. Quadro 5).

**Quadro 5** – Teste T de *Student* para os G I e G II no conjunto dos itens da escala C.P.I.C.

	N	Média	Desvio Padrão	t	g. l.	p.
Grupo I	605	26,51	13,79	-12,56	671	,000*
Grupo II	68	48,82	14,77			

\*  $p < .001$

A C.P.I.C. é uma escala composta por várias dimensões, que representam várias características do conflito (e.g., frequência, intensidade), bem como aspectos respeitantes à criança (e.g., percepção de ameaça, eficácia no *coping*, culpa). Assim, procedemos a comparação dos grupos, atendendo às dimensões presentes na escala tendo sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os G I e G II, em todas as categorias apresentadas (cf. quadro 6).

**Quadro 6** – Teste T de *Student* para os G I e G II nas dimensões da escala C.P.I.C.

		N	Média	D. Padrão	t	g. l.	p.
Frequência	G I	605	3,14	2,61	-9,16	75,61	,000*
	G II	68	7,16	3,51			
Intensidade	G I	605	3,14	2,93	-9,62	76,37	,000*
	G II	68	7,68	3,77			
Resolução	G I	605	2,21	2,55	-8,52	75,49	,000*
	G II	68	5,88	3,45			
Eficácia no coping	G I	605	4,24	2,51	-5,28	671	,000*
	G II	68	5,94	2,67			
Ameaça percebida	G I	605	5,19	3,61	-7,11	92,07	,000*
	G II	68	7,90	2,90			
Culpa	G I	605	2,31	1,93	-5,16	671	,000*
	G II	68	3,60	2,15			
Conteúdo	G I	605	1,44	1,68	-5,53	77,18	,000*
	G II	68	2,88	2,08			
Triangulação	G I	605	4,84	2,83	-8,09	671	,000*
	G II	68	7,78	2,92			

\*  $p < .001$

Os resultados do teste de comparação de médias sugere-nos que os sujeitos do grupo II têm uma percepção mais negativa sobre a severidade dos conflitos interparentais e da sua eficácia no confronto com estes, assim como uma percepção de ameaça pessoal e culpabilização maior, que os sujeitos do grupo I.

### 3. CONCLUSÕES FINAIS

O estudo comparativo realizado aponta para o facto de que, de uma maneira geral, as crianças não expostas à violência apresentam menos cognições distorcidas sobre a violência interpessoal, do que aquelas que vivem expostas a situações de conflito na família. Todavia, uma análise das dimensões subjacentes a algumas dessas crenças revelou que as diferenças não são assim tão taxativas e que determinados factores poderiam ajudar a perceber tais dissemelhanças. Os factores de natureza sociocultural eram os mais facilmente assumidos pelas crianças com experiência de exposição à violência como fundamentando a violência interpessoal. É possível que sejam estes aqueles que mais sobressaem neste tipo de relacionamentos disfuncionais, podendo alimentar convicções e eventuais atitudes e comportamentos pautados por uma maior tolerância à violência. Outros factores foram igualmente apurados (e.g., individuais, educativos), mas ao contrário dos anteriormente discutidos, não constituem a base fundamental na distinção dos dois grupos de crianças analisados. Mais ainda, relativamente a certos aspectos, o grupo de crianças sem história de exposição a este problema evidenciava crenças mais distorcidas sobre a violência interpessoal, do que as crianças em que a violência era parte integrante das suas vidas. Tal conduziu-nos a pensar que a experiência de exposição à violência pode, não só, apoiar a construção tendencial de algumas ideias sobre a violência (e.g., baseadas em diferenças de género ou etárias), mas pode igualmente favorecer a desconstrução de ideias preconcebidas e mal fundamentadas (e.g., o alcoolismo como causa da violência).

Os resultados sugerem-nos também que as crianças com exposição à violência têm em geral percepções mais negativas sobre os conflitos interparentais, do que aquelas que não se encontram expostas a tal situação de risco. Tal poderia indicar, no que respeita às duas dimensões focadas na hipótese, que as crianças em risco apresentariam uma maior percepção de ameaça face a tais situações de violência, assim como seria mais evidente o sentimento de culpa destas crianças pelos incidentes.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRAHAM-BERMANN, S. A. (1998). The impact of women abuse on children's social development: research and theoretical perspectives. In: G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds.). *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington: American Psychological Association, pp. 21-54.
- GRYCH, J. H. & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: a cognitive contextual framework. In: *Psychological Bulletin*, 108, pp. 267-290.
- GRYCH, J. H., Fincham, F. D., Jouriles, E. N. & McDonald, R. (2000). Interparental conflict and child adjustment: testing the mediational role of appraisals in the cognitive-contextual framework. In: *Child Development*, 71 (6), pp. 1648-1661.
- GRYCH, J. H., Jouriles, E. N., Swank, P. R., McDonald, R. & Norwood, W. D. (2000). Patterns of adjustment among children of battered woman. In: *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68, pp. 84-94.

- GRYCH, J. H., Seid, M. & Fincham, F. D. (1992). Assessing marital conflict from child's perspective: the children's perceptions of interparental conflict scale. *In: Child Development*, 63, pp. 558-572.
- SANI, A. I. (2002). *As crianças e a violência: Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Coimbra: Quarteto Editora.
- SANI, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho. Braga.
- SANI, A. I. (2004). O discurso de crianças expostas à violência interparental – Estudo Qualitativo. *In: Psychologica*, 36, pp. 90-130.
- SANI, A. I. (2006a). Escala de percepções da criança sobre os conflitos interparentais. *In: C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (Org.). Actas XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: formas e contextos*. Braga: Psiquilibrios, pp. 577-588.
- SANI, A. I. (2006b). Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV). *In: C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (Org.). Actas XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: formas e contextos*. Braga: Psiquilibrios, pp. 917-926.
- SANI, A. I. (no prelo). Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.). *In: L. S. Almeida, M. R. Simões, C. Machado & M. Gonçalves (Coord.). Avaliação Psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa*. (Vol. III) Coimbra: Quarteto Editora.
- SANI, A. I. & Gonçalves, R. A. (2000). Representações da violência construídas por crianças. *In: Revista Portuguesa de Ciências Criminais*, 10, pp. 437 – 453.